

Entrevista com o Professor Doutor Antonio Jorge Ramalho da Rocha (UNB)¹

1) O senhor poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica?

Fiz Bacharelado em Relações Internacionais (UnB), Mestrado em Ciência Política (IUPERJ), Mestrado em Relações Internacionais (Maxwell School, Syracuse University) e Doutorado em Ciências Sociais (USP). Busquei instituições distintas, sempre as que recebiam a melhor avaliação no Brasil nas áreas em que quis estudar. Nos anos 1990, era mais difícil conseguir bolsas de estudo, mesmo quando se era aceito no exterior. No meu caso, perdi a oportunidade de estudar no exterior devido à contingência de uma crise econômica, em 1998, que levou o Governo a suspender as bolsas de estudo para ciência política e relações internacionais. Optei por não perder tempo e fazer o doutorado na USP, onde encontrei ambiente muito rico e favorável à formação acadêmica.

2) De 2003 a 2011, o senhor teve uma intensa atuação junto a órgãos do governo brasileiro (MRE, MD, SAE-Presidência). Quais foram as principais atividades que o senhor desempenhou nessa passagem pelo governo?

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1989), mestre em em Ciência Política pelo IUPERJ (1992) e em Relações Internacionais pela Maxwell School of Citizenship and Public Affairs - Syracuse University (1999). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002). Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília desde 1993. Dirigiu o Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa e a implantação do Centro de Estudos Brasileiros em Porto Príncipe, Haiti, e integrou a Assessoria de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Representou a área de Relações Internacionais junto ao Comitê de Área da CAPES e chefiou o Gabinete da Presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Atualmente é Assessor Especial do Ministro da Defesa. Sua pesquisa e produção científica concentram-se nas áreas de Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional, Defesa Nacional e Política Externa dos Estados Unidos



Permaneço no Governo. Tive, ainda, uma passagem pelo Ministério da Educação, no Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação, de onde voltei para o MD. De forma concisa, minha atuação se destinou, e ainda se destina, a contribuir para o desempenho de três funções específicas: 1) Construir pontes entre civis e militares (isto é, criar melhores condições para que o diálogo flua sistematicamente e as duas comunidades se conheçam melhor, eventualmente ampliando as relações de confiança); 2) produzir e fomentar a produção de conhecimento científico, análises e informações sobre segurança internacional e defesa nacional; e 3) informar o processo decisório dos órgãos em que atuei.

3) Qual é a sua avaliação sobre a atuação da MINUSTAH? As principais fragilidades e méritos do atual modelo de Operações de Paz da ONU podem ser observadas no Haiti ou se trata de um caso divergente?

A MINUSTAH ilustra o atual modelo de Operações de Paz da ONU, mas foi pioneira em vários aspectos positivos, como indicar objetivos de longo prazo desde o início e envolver o representante residente do PNUD na administração da própria missão, reduzindo o risco de disputas e conflitos entre as missões no terreno e o trabalho mais permanente das agências especializadas da ONU. Distinguiu-se também pela modo como os militares brasileiros se engajaram na missão, procurando compreender as necessidades das comunidades cuja segurança têm a responsabilidade de garantir e contribuir para resolver as causas profundas da situação de segurança. Emprega-se uma atitude de empatia, que contribui para que a população local tenha confiança nas Forças. Isso vem contribuindo para mudar a percepção que os haitianos têm de forças armadas: em sua história, essa foi a primeira vez em que viram militares sistematicamente construindo coisas em prol da sociedade, ao tempo em que respeitam os limites colocados pelas regras de engajamento e, quando necessário, empregam a força.



As fragilidades são inerentes às missões da ONU em geral. As soluções para os problemas dos lugares em que elas se desenvolvem não dependem apenas de uma ordem estável, mas de condições de prosperidade, inclusão social e cidadania. Isso a ONU não pode construir, pois é algo que cada sociedade tem que fazer por si mesma. A ONU pode, isto sim, contribuir, com grandes limitações, para que se criem condições que permitam aos Estados nacionais engendrar esse ciclo de construção institucional e de prosperidade.

4) O Brasil tem recebido intensa imigração do Haiti, especialmente após o terremoto de 2010. Essa procura pelo Brasil pode ser atribuída à sua participação na MINUSTAH? Por estar envolvido com a reconstrução do Haiti, o Brasil não teria uma responsabilidade com esses haitianos que aqui chegam?

A imigração haitiana não é muito intensa. Ela chama atenção porque a maioria deles chega por uma via carente de condições de os acolher, sobretudo no Acre. Estamos falando de aproximadamente mil, mil e duzentas pessoas por ano, nos anos mais intensos. A meu ver, há relação entre esses fluxos migratórios e a presença brasileira no Haiti e o Brasil tem, sim, maior responsabilidade, pelas expectativas positivas que seu bom desempenho no terreno criou. Isso não é novidade na nossa história, marcada por ondas de imigrantes de diferentes países. Somos uma sociedade de imigrantes desde a nossa criação e, no longo prazo, essa limitada imigração haitiana contribuirá para enriquecer nossa sociedade.



5) Quais são os pontos fracos do Brasil em termos de Segurança e Defesa hoje? O poder bélico do País é condizente com a realização de quais interesses? É possível ser grande potência sem um política de educação, ciência e tecnologia?

A resposta curta é não; não é possível sequer ser uma potência média sem essas condições. O Brasil vem trabalhando nessas frentes, embora em ritmo muito mais lento do que todos nós queremos. No que concerne à Defesa, lidamos com décadas de carência de investimentos nos meios operacionais, um processo que vem se revertendo nos últimos anos.

6) O senhor considera razoáveis as preocupações expressas por alguns setores da sociedade nacional quanto a um possível ataque bélico à Amazônia brasileira? Quais são as fragilidades estratégicas na Amazônia?

Por princípio, não se pode excluir qualquer hipótese, mas esta é remotíssima hoje. Talvez não seja tão improvável dentro de 20 ou 30 anos, quando a escassez de água, alimentos e energia se intensificar, como resultado do crescimento demográfico. Hoje os riscos que corremos na Amazônia relacionam-se sobretudo com o crime transfronteiriço.

7) A América do Sul está a rumar para a conformação de uma "comunidade de segurança" (nos termos de Buzan e Waever)? Os recentes avanços institucionais (p. ex. Conselho de Defesa da UNASUL) são sinais de um entendimento mais sólido no subcontinente? A atuação dos EUA na Colômbia favorece esse entendimento?



ENTREVISTA PROFESSOR ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA

Sim. Constrói-se, pouco a pouco, uma América do Sul mais integrada e estável, provavelmente mais próspera. A UNASUL tem oferecido condições para se ampliar o diálogo em várias dimensões e tem respondido com eficácia a situações de crise política. A forte presença dos EUA na Colômbia é compreensível quando se examinam os interesses dos dois Estados, mas a maioria dos analistas a percebe como algo que não contribui para promover a integração na América do Sul.

8) Qual(uais) crise(s) bélica(s) atual(atuais) o senhor tem acompanhado mais de perto? Qual conflito, dentre os que estão em curso atualmente, lhe parece oferecer maior risco para a estabilidade do sistema internacional e a paz no globo?

A crise na Síria e as tensões entre Rússia e Ucrânia, pelas implicações geopolíticas.

9) O senhor acredita na ideia de que a existência de armas nucleares afastou definitivamente o risco de uma guerra de transição hegemônica? Quais outras variáveis têm maior poder explicativo/preditivo quanto a esse risco, na sua opinião?

Não. Infelizmente, os países nuclearmente armados ainda consideram as bombas nucleares uma opção de emprego. Investimentos em tecnologia e o preparo adequado de militares profissionais serão os grandes diferenciais. Mas não se vê, no horizonte, outro período hegemônico. A tendência é a multipolarização.



10) Quais são os temas "quentes" em Segurança Internacional nos dias de hoje? Existe alguma corrente teórica, nessa subárea, que o senhor considera mais promissora?

Os de sempre. Possíveis guerras motivadas, na inteligente síntese de Clausewitz, por medo, honra e interesse. Enquanto o mundo estiver organizado em comunidades políticas que se vêm em um ambiente regulado em última instância pela força, o Realismo terá seu lugar. O problema é que essas premissas se ensinam nas escolas, o que retro-alimenta as percepções. Isso é o que nos ensinam os construtivistas e alguns pós-modernos. Temos, pois, que contribuir com ideias que sirvam para mudar as percepções de nossos líderes, a fim de construir um mundo mais regulado por normas e instituições, que interessa à humanidade no longo prazo.

Entrevista concedida à Equipe Monções, para o Dossiê Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria, realizada em março de 2014 e reproduzida integralmente.